



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO TÉCNICO E EAD  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**MARIA DO SOCORRO PAMPLONA SARMENTO**

**O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O IDEAL E O REAL**

**SOUSA-PB  
2021**

MARIA DO SOCORRO PAMPLONA SARMENTO

**O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: O IDEAL E O REAL**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

**Área de concentração:** Educação

**Orientador:** Prof. Dr. Valmir Pereira.

**SOUSA-PB  
2021**

S246t Sarmento, Maria do Socorro Pamplona.  
O trabalho docente na educação do campo [manuscrito] : o  
ideal e o real / Maria do Socorro Pamplona Sarmento. - 2015.  
21 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Práticas Pedagógicas  
Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-  
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância ,  
2021.

"Orientação : Prof. Dr. Valmir Pereira , Pró-Reitoria de  
Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Educação no campo. 2. Legislação . 3. Trabalho  
docente. I. Título

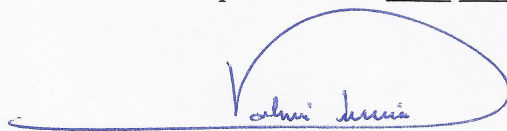
21. ed. CDD 370.19

MARIA DO SOCORRO PAMPLONA SARMENTO

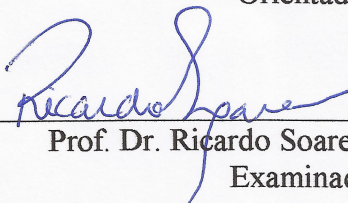
**O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: o ideal e o real**

Monografia apresentada ao curso de Especialização Em Fundamentos da Educação Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba em convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

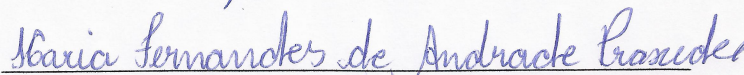
Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Prof. Dr. Valmir Pereira/UEPB  
Orientador



Prof. Dr. Ricardo Soares da Silva/UEPB  
Examinador



Prof. Ma. Maria Fernandes de Andrade Praxedes – UEPB  
Examinadora

Dedico este trabalho, a todos os educadores que contribuíram na minha formação, aos meus familiares que sempre me apoiaram e estiveram presentes nas minhas conquistas e dificuldades. Aos meus amigos que me deram incentivos para continuar. A todos que lutam e acreditam que é possível construir uma sociedade mais justa, mais igualitária e acreditam na educação como um instrumento para a libertação. E por fim dedico este trabalho aos futuros frutos da educação do campo hoje. Que este seja utilizado para base de futuros trabalhos daqueles que passarão por mim como uma educadora.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por minha vida e pelas vitórias e conquistas.

Aos meus pais, que são a minha motivação de não desistir diante dos obstáculos.

Ao meu esposo, Murilo, meu companheiro de hoje e sempre, pela paciência e incentivo para que eu continue sempre lutando em busca dos meus ideais.

A minha família, que é o pilar que sustenta minha vida.

Aos meus filhos por entenderem minha ausência.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

## RESUMO

Nos últimos anos, a discussão da educação como um direito subjetivo tem-se evidenciado em todo o mundo. De modo que, torna-se indispensável colocar a política educacional como elemento primordial de uma sociedade democrática e justa. Sendo assim a educação no campo, traz inerente a si, toda a sua importância, sendo levada diretamente a comunidades que outrora jamais se pensava ter tamanha inclusão. Partindo dessa premissa, o estudo tem como objetivo mostrar os resultados de uma pesquisa bibliográfica que revela a realidade da educação no campo. Dessa forma, buscam-se evidenciar a realidade das escolas do campo, e oferecer informações sobre algumas particularidades acerca do processo ensino-aprendizagem, funcionamento e condições socioeconômicas de seus alunos. O artigo em questão estuda a educação do campo no Brasil enquanto uma realidade concreta na contemporaneidade, pautando a discussão a partir das principais leis que envolveram a educação desde o período de 1990. O enfoque se dá em compreender como tais leis têm contribuído ou não para o desenvolvimento de uma educação voltada às pessoas que residem e dependem do campo para sobreviver, tendo a finalidade de entender a trajetória da educação no campo, baseando-se a partir de leis, decretos e outros textos oficiais que subsidiassem o entendimento e posicionamento do estado em relação às práticas educativas, para os que trabalham e residem no meio rural brasileiro. Concluindo com uma análise crítica entre o real e o ideal para este setor educacional.

**Palavras-Chave:** Educação no Campo. Legislação. Trabalho Docente.

## **ABSTRACT**

In recent years, the discussion of education as a subjective right has been evident worldwide. So, it is essential to place the educational policy as essential to a democratic and just society element. Therefore, education in the field, behind inherent in itself, all its importance, being taken directly to communities that once never have thought such inclusion. From this premise, the study aims to show the results of a literature search reveals that the reality in the field of education. Thus, it was sought to show the reality of rural schools, and offer information on some particulars about teaching and learning, functioning and socioeconomic status of their student's process. The article in question is studying the field of education in Brazil as a concrete reality in the contemporary world, guiding the discussion from the main laws involving education from the period of 1990 The focus is given on understanding how such laws have contributed or not to the development of an education geared to people who live and depend on the field to survive, with the purpose of understanding the history of education in the field, based on the basis of laws, decrees and other official texts that subsidize the understanding and positioning the state regarding educational practices for working and living in rural Brazil. Concluding with a critical analysis of the actual and the ideal for this educational sector.

**KEYWORDS:** Education in the Field. Legislation. Teaching Work.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	11
2.1.1 Objetivos gerais.....	11
2.2.2 Objetivos específicos.....	11
<b>3. CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO NO CAMPO</b> .....	12
3.1.1 Conceitos históricos na educação do campo no Brasil.....	12
3.2.1 Educação no Campo após os anos 1990.....	16
<b>4. CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO</b> .....	20
4.1.1. Desigualdades na Educação do Campo “A realidade”.....	20
4.1.2. O que seria o Ideal para a Educação Básica no Campo. ....	23
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	26
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	28

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação é tida como um direito social e não uma questão de mercado, ou seja, ela não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito à educação de qualidade para todos e todas. Para compreender o contexto educacional em nosso país, o estudo em questão, tem como prerrogativa basear-se nos debates pautados da educação e dos movimentos sociais do campo no Brasil desde a década de 1980.

A sociedade moderna discute inúmeras questões, dentre as quais a possibilidade de transformação social a partir da educação. Passa a existir uma nova concepção de homem e de mulher. Imbuídos de novas maneiras e objetivos acerca do exercício docente, erguem-se possibilidades nas relações sociais, particularmente no campo da educação, que aborda desde a prática educativa do campo envolta pela ideia de sujeito integral até a descrição do que seja a proposta pedagógica própria do MST desenhada pelos sujeitos que vivem do trabalho no meio camponês.

O processo de colonização do Brasil restringiu a educação formal. O que impossibilitava aos trabalhadores do campo nesse período acesso ao ensino, posto que as atividades laborais não exigiam conhecimentos para além dos advindos da prática cotidiana. Somente cerca de meio século após o país ter se transformado em República, é que a Constituição brasileira de 1934 passa a tratar da educação rural. No bojo da industrialização e urbanização brasileiras iniciadas nesse período, coube a escola profissionalizar os filhos dos trabalhadores para a indústria nascente na cidade. Em detrimento dessa garantia profissionalizante aos trabalhadores do campo, um vácuo de políticas públicas educacionais voltadas e comprometidas com esses sujeitos foi-se constituindo. Porém esse tipo de formato de desenvolvimento aumentou a pobreza nas periferias. Em resposta a esse contexto e buscando sua superação, constituem-se experiências de Educação Popular, como o Movimento Cultural Popular ligado às formulações de Paulo Freire. Os movimentos ocorridos nessa época estavam diretamente ligados aos trabalhadores rurais pelas Ligas Camponesas, sindicatos dos trabalhadores rurais e outras entidades que já provocavam mobilizações entre os moradores das cidades e dos campos, suscitando o aparecimento de experiências principalmente de alfabetização de jovens e adultos (BRASIL, 2014).

Para Silva (2011), a educação recria o campo, pois, meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença a terra. Ela instiga a recriação

da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, possibilitando uma interação entre o campo e cidade, seja nas formas de poder, de gestão das políticas, de produção econômica e de conhecimento. Desta forma, o campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. É essa capacidade produtora de cultura que o constitui em espaço de criação do novo e do criativo e não, quando reduzido meramente ao espaço da produção econômica, como o lugar do atraso, da não cultura. O campo é acima de tudo o espaço da cultura.

Silva; Maraschin; Haetinger (2013) dizem que a educação do campo no Brasil está voltando, aos poucos a ser assunto de pauta nas discussões do cenário educacional. Prova disso, é a política do PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), um programa do governo federal, lançado em 2012, que buscará estabelecer um conjunto de ações articuladas que atenderá escolas do campo e quilombolas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica.

Com base em tudo que foi citado anteriormente, o tema em questão emerge a partir da necessidade da orientanda em discutir e trazer a tona uma realidade vivenciada desde sempre, já que lecionar no campo a mais de 20 anos traz inúmeras experiências e também uma série de desafios, que ao longo dos anos vão sendo transcorridos. E é observável uma melhora considerável na escola do Campo, dos programas que hoje atendem a necessidade do alunado e dos profissionais que atuam nesse tipo de serviço, fazendo assim, com que o ensino tenha a qualidade proposta pela nossa Constituição.

A partir dessa arguição, o estudo tem como finalidade analisar no âmbito da educação do campo a prática pedagógica na perspectiva do processo do ensino; identificar as dificuldades encontradas nos educadores do campo; conhecer a realidade que está inserida a Escola no Campo; e indicar o que seria o Ideal para Educação no Campo. Para tal, alguns questionamentos tornam-se indispensáveis, como: Será que a Educação que está sendo oferecida ao campo é a ideal para o mesmo? Será que esta mesma educação está adequada a realidade do dia-a-dia do campo?

Metodologicamente, este trabalho adotou o tipo de pesquisa bibliográfica partindo de autores especializados no assunto. Dentre pesquisas eletrônicas e artigos publicados tanto recentes quanto antigos artigos relacionados ao assunto. Partido do princípio da história da educação rural até chegar às tantas leis que garantem tantos

recursos os quais muitas vezes não chegam ao destinatário. O tema assim como a problemática é novo e temos que nos ater a este assunto para gerar experiência, discussão e chegar ao tão sonhado ideal.

A informação obtida nesta pesquisa servirá para articular a educação surgida com os movimentos sociais do campo. A intenção é, portanto, problematizar um pouco essa discussão, levantar alguns aspectos que possam apontar caminhos no sentido de elucidar certas ambiguidades que, geralmente, são evidenciadas nesta relação os discursos sobre educação e também sobre educação do campo que é uma categoria diferente da educação urbana sabendo-se que o que é aplicado à zona urbana pode não se adaptar ao campo com os mesmos êxitos ou melhoras. A educação do campo precisaria estar atenta à crítica da sociedade em que se insere, antes de promover qualquer tipo de adaptação.

Para a apresentação deste trabalho em primeiro plano trataremos de entender a educação do campo, desde quando começaram as mudanças mais radicais em relação a mesmas pós LDB nos anos 1990 com o surgimento dos movimentos sociais do campo. Já num segundo momento será retratada como é a o nosso quadro educacional para o campo hoje com essas mudanças de hábitos e políticas públicas que renovaram este ramo da educação tão marginalizado. E por fim se completará com uma crítica as essas mudanças e se elas são realmente práticas para o dia-a-dia do povo do campo e realmente está se conseguindo concretizar os objetivos.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVOS GERAIS**

Analisar no âmbito da educação do campo a prática pedagógica na perspectiva do processo do ensino.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Identificar as dificuldades encontradas nos educadores do campo;
- ✓ Conhecer a realidade que está inserida a Escola no Campo;
- ✓ Indicar o que seria o Ideal para Educação no Campo.

### 3 CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO NO CAMPO

#### 3.1 Conceitos históricos na educação do campo no Brasil.

A população camponesa sempre esteve à mercê das políticas desenvolvidas para as zonas rurais, o que temos que notar é que não é uma minoria e sim uma boa parte da população brasileira que quer lutar por seus direitos educacionais e que estes direitos estejam diretamente direcionados a eles. Assim sendo temos que partir do princípio que estamos tratando de uma população e não uma minoria que pode ser marginalizada, pois não valeria a pena criar estruturas educacionais para os mesmos.

A educação do campo no Brasil é uma temática recente com um pouco mais de uma década de estudos, por uma questão sociocultural, tal educação sempre foi relegada a planos inferiores. As escolas rurais no Brasil foram construídas tardiamente, e sem o apoio necessário por parte do Estado para que se desenvolvesse. Ao longo das primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, sobretudo, no meio rural. A educação rural não foi nem sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891. Evidenciamos, na história da educação brasileira, o descaso das elites dominantes com a educação pública, particularmente, em relação às escolas rurais (SILVA JÚNIOR; BORGES NETTO, 2011).

Segundo Beltrame; Nawroski (2009), a educação rural era tida tão somente para designar a educação que acontecia fora do espaço urbano, seja na escola de filhos de agricultores, caiçaras, quilombolas, faxinais, ribeirinhas, ilhéus ou assentados da reforma agrária. No entanto, especificamente a partir de 1997, começa a se discutir outro modelo de educação para estes povos. Uma educação que foi reivindicada pelos movimentos sociais da reforma agrária e por outras organizações que no decorrer do seu processo de constituição passaram a apostar nessa proposta como o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais desses sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – vinculado à CONTAG, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB) e, por fim, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local.

A partir desses movimentos sociais a Educação no Campo passou a ter olhares mais cuidadosos com relação à sua qualidade e a sua eficiência no atendimento as pessoas que residem na zona rural, tornando-a assim um direito legítimo a todos os camponeses.

Com base em Silva (2011), o proclamado direito universal à educação tem sido dura conquista dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras da educação pública nas esferas federal, estadual e municipal, tendo como referência a Constituição de 1988, e mais recentemente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, como marco legal nesse processo de afirmação da educação no campo dos direitos humanos e sociais. Porém, desde meados da década de 1930, a Educação Rural teve início no Brasil, juntamente com a industrialização, que gerou um êxodo rural para as cidades, provocando um crescimento desordenado da população urbana, o que gerou grandes problemas principalmente de infraestrutura, o que é visível nos dias atuais.

Tendo em vista o histórico da educação rural, que promoveu aos trabalhadores do campo um acesso à escola sempre de segunda ordem, desconectado com os interesses e necessidades desses sujeitos, [...]. Assim foi-se construindo a convicção de que não poderia ser qualquer escola. Ela precisava estar voltada ao contexto do campo, do trabalho e das diferentes manifestações da vida presentes. Portanto, uma proposta de educação que buscasse transformar o instituído, em busca da sua superação (BRASIL, 2014, p. 08).

Pode-se perceber que a educação no campo nunca foi tida como prioritária onde se pudesse fazer uma ação planejada e institucionalizada por parte do Estado Brasileiro. O que privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral.

Desse modo, Silva Júnior; Borges Netto (2011), explicam que o êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo.

Portanto, se existe um conceito a ser definido é porque a educação no campo tem diferença da educação urbana. É um conceito novo, e com certeza não se luta

para obter uma educação do campo como um espelho da urbana e sim uma educação que se adeque aos educandos, que supra suas necessidades de acordo com seu dia-a-dia e o fomento do saber.

Ainda em mutação constante, talvez não se consiga definir com um conceito fixo, pois devidas políticas públicas que muitas vezes não são práticas para a zona rural, ou mesmo a lentidão em que se saciam os direitos destes povos que muitas vezes são marginalizados e deixados para um segundo plano.

Com seu surgimento através dos movimentos sociais que reivindicavam políticas educacionais e também dos camponeses, agrícolas que sabiam não poder parar de lutar por uma melhor educação para os seus e suas futuras gerações. Estes movimentos lutavam por políticas de acesso a educação para as famílias que tiram seus sustentos do campo.

As mudanças devem acontecer porque não podemos admitir que só porque é no campo, não podemos ter uma escola profissionalizante, tendo em mente que as profissões rurais passam de pai para filho, errando também quem pensa que para que educar? Se para plantar não se é necessário nem ler, nem escrever e nem há a necessidade de se dar estes tipos de lições em sala de aula.

A escola é um direito de todas as pessoas. Boas políticas públicas trarão acesso universal ao conhecimento, a educação, a cultura.

Os problemas a serem enxergados são Escolas Públicas no Campo, transporte escolar eficiente, e o que está sendo ofertado nestas escolas. Pra justificar este parágrafo imagina-se uma família com cinco pessoas, pais e mãe analfabetos, uma criança de 6 anos, uma outra de quatorze e um jovem de 17 anos. Para fomentar a necessidades de educação desta família precisaríamos de três escolas diferentes ou uma única escola com uma boa estrutura para oferecer aos pais o EJA (Ensino de jovens e adultos), e também ensino fundamental e médio. Sabe-se que hoje um aluno do campo tem que ficar indo e cidade em cidade para completar seus estudos e aí que eles se perdem pelo cansaço, tendo que ter a disposição transporte escolar que às vezes não é ofertado. E é através desta dramatização que se percebe como anda a educação ofertada na zona rural.

O PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) foi uma das grandes conquistas dos movimentos sociais do campo, pois possui o objetivo inicial da alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A partir desse avanço e de outras reivindicações dos movimentos



sociais vieram outras conquistas como a formação técnica e em nível superior dos agricultores para atuarem em suas comunidades.

A história do campo teve sempre seus índices negativos, e hoje temos uma população sem direito ao acesso e permanecia na escola, com fracos processos econômicos, cultural, políticas educacionais e sociais. Dessa forma, era necessário que se criasse uma política pública de formação, que trate, de maneira ampla, simultânea, e de forma integrada, tanto da formação inicial, como das condições de trabalho, remuneração, carreira e formação continuada dos docentes. Desse modo, valorizando o docente permitiria uma melhoria na qualidade do ensino. Estes princípios estão explicitados na Nova Lei das Diretrizes e Bases (LDB).

Com base em Brasil (2010), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96- LDBEN) tem como prioridade uma educação integral, o desenvolvimento do educando e se preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Para tal, eram necessárias algumas adaptações à educação rural, como consta no seu artigo 28, ao determinar que:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, LDB 9.394/96, art. 28).

Carvalho nos subsidia, explicando que com a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o dia 20 de dezembro de 1996 assinala um momento de transição significativo para a educação brasileira. Pois, nessa data, completados 35 anos, revogou-se a 1ª LDB com as alterações havidas no período, entrando em vigor nossa 2ª LDB. O Chefe do Poder Executivo sancionou a Lei 9.394/96, denominando-a “Lei Darcy Ribeiro” e, com este ato, dividiu, formalmente, a conhecida história da Nova LDB. Na disputa entre o coletivo e o individual, entre a esfera pública e a esfera privada, entre os representantes da população e os representantes do governo, está vencendo a política neoliberal, dominante não só na dimensão global, mas também com pretensões de chegar a conduzir o trabalho pedagógico na sala de aula.

Peripolli (2009, p. 136), explica que a Lei 9394/96, a Lei 9424 de 24 de dezembro de 1996, o Plano Nacional de Educação – PNE, e a Lei Complementar nº 49 de 1º de outubro de 1998 tem como princípio da igualdade das condições de

acesso e permanência na escola, visando garantir os benefícios proporcionados por elas. No entanto, historicamente, na prática isso não acontece, já que o analfabetismo apresenta altos índices, como também os baixos níveis de escolaridade, altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série.

A partir de Encontros, Seminários, Fóruns, Conferências, e discussões com órgãos governamentais, a Educação do Campo passou a ter maior suporte legal. E em meados de 2004 dentro do MEC (Ministério da Educação e Cultura) foi instituída a SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação).

Para que seja possível fomentar um debate a respeito das necessidades do campo é preciso analisar algumas questões fundamentais, como as seguintes: a formação humana; evitar a visão simplista da escola; um projeto de desenvolvimento do campo, que seja emancipador em todos os setores sociais; e a elaboração de um processo educativo inteligente, que perceba e dê valor à multiplicidade de espaços educativos existentes.

Hoje, fazendo uma análise com um pouco mais de retro visão histórica vemos que a nova fase na política do capital para a agricultura, que iniciou com mais força a partir de 1999, abrindo um novo ciclo, gerou uma nova aliança das classes dominantes e um novo lugar para o campo no projeto de capitalismo brasileiro, fase que está nesse momento em plena vigência e força.

No final da primeira década dos anos 2000, a nova fase passa a incidir mais diretamente sobre a política de educação. Por isso a necessidade de compreender este ciclo em que nos encontramos para entender a forma como aparece hoje o PRONACAMPO e os contornos das lutas sociais responsáveis pelo percurso que gerou a sua construção, mas que não conseguimos identificar hegemonicamente nesse Programa.

Compreender a história da educação no campo é também conseguir entender todas as mudanças que ocorreram no Brasil ao longo dos últimos 30 anos. Com isso, o próximo tópico, tem como finalidade trazer à tona a educação no campo a partir da década de 1990.

### 3.2 Educação no Campo após os anos 1990

O ano de 1990 foi um divisor de águas para a educação brasileira, como explica Silva (2011), a Declaração de Jomtien de Educação para Todos (1990), da qual o

Brasil é signatário, é um marco internacional, pois, constitui-se numa referência ao colocar a política educacional, a política social e o desenvolvimento como elementos fundamentais na construção de uma sociedade democrática e justa.

Vale salientar que na segunda metade da década de 1990, em reação à chamada globalização, há uma ascensão de novos movimentos sociais em várias partes do mundo. Por “novos” movimentos sociais compreendem-se os movimentos das mulheres, ecológicos, contra a fome, Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre o que apresentam formas inovadoras em termos de desenvolvimento rural e de educação.

É perceptível que a educação do campo possui uma singularidade particular, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes de tudo, ela é educação, formação de seres humanos que almejam uma melhor qualificação e que desfrutem desse direito que é a educação de forma plena.

A educação no campo hoje é uma realidade e por incrível que pareça um assunto novo, no sentido de preocupação com estruturação para receber escolas no campo com infraestrutura para os alunos e oportunidades diversas. Este trabalho tem por objetivo mostrar os resultados de uma pesquisa bibliográfica que revela a realidade da educação no campo, dessa forma, buscam-se evidenciar a realidade das escolas do campo, e oferecer informações sobre algumas particularidades acerca do processo ensino-aprendizagem, funcionamento e condições socioeconômicas de seus alunos.

Existe um conceito a ser definido é que a educação no campo tem diferença da educação urbana. É um conceito novo, e com certeza não se luta para obter uma educação do campo como um espelho da urbana e sim uma educação que se adeque aos educandos, que supra suas necessidades de acordo com seu dia-a-dia e o fomento do saber. Ainda em mutação constante, talvez não se consiga definir com um conceito fixo, pois devidas políticas públicas que muitas vezes não são práticas para a zona rural, ou mesmo a lentidão em que se saciam os direitos destes povos que muitas vezes são marginalizados e deixados para um segundo plano.

Este novo olhar para a educação só começou a aparecer a partir dos movimentos sociais que reivindicavam políticas educacionais e também dos camponeses, agrícolas que sabiam não poder parar de lutar por uma melhor

educação para os seus, e suas futuras gerações. Estes movimentos lutavam por políticas de acesso à educação para as famílias que tiram seus sustentos do campo.

A história dos trabalhadores do campo e sua luta pela terra está diretamente vinculada às transformações ligadas ao mundo do trabalho e a modelos de acumulação adotados pela sociedade capitalista. Kuenzer (1985) diz que novas relações entre trabalho, ciência e cultura são estabelecidas, a partir das quais se constitui historicamente um novo princípio educativo, ou seja, um novo projeto pedagógico através do qual a sociedade pretende formar os intelectuais/trabalhadores, os cidadãos/produtores para atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva.

As profundas modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios para a educação. O capitalismo passa por um novo padrão de acumulação decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva, que, por sua vez, determina novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade.

A educação é uma preocupação primordial para o MST, que tem como intuito se tornar um movimento sócio-cultural de humanização das pessoas que dele participam. Fazendo da sua luta, não apenas uma batalha por terras, mas também por escolas, pelo direito ao estudo de seus componentes e pelo seu acesso. Desse modo, a escola deve representar a trajetória de luta, a história de seus integrantes, atuando diretamente na vida das pessoas. Isso fica claro quando da construção do projeto político pedagógico do MST em que se define escola do campo.

(...) entende-se por escola do campo aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanência de processo, produzindo valores, conhecimento, tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário dessa população. A identificação política e a inserção geográfica na própria realidade cultural do campo são condições fundamentais de sua implementação (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 63).

A citação acima explica-nos que a escola não é apenas um local onde se aprendem fórmulas e teorias, mas é principalmente o ambiente onde desenvolve e trabalha os interesses, a política, a cultura, a economia, a visão de mundo e onde se apresenta um universo novo cheio de possibilidades, desenvolvendo conhecimento e podendo intervir na sociedade de forma a tornar o país uma nação mais forte e

pulsante. Por isso, a escola no campo assume tamanha importância, pois, ela leva a cada indivíduo, que outrora sentia-se excluído pelo sistema, novas possibilidades de crescimento, seja ele pessoal e profissional.

Historicamente, os povos do campo estão à mercê das políticas desenvolvidas para as zonas rurais, o que temos que notar é que não é uma minoria e sim uma boa parte da população brasileira que quer lutar por seus direitos educacionais e que estes direitos estejam diretamente direcionados a eles. Assim sendo temos que partir do princípio que estamos tratando de uma população e não uma minoria que pode ser marginalizada, pois não valeria a pena criar estruturas educacionais para os mesmos.

Foi instituído o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, em 1998, cuja função era representar uma parceria estratégica entre Governo Federal, instituições de ensino superior e movimentos sociais do campo para elevação de escolaridade de jovens e adultos em áreas de reforma agrária e formação de professores para as escolas localizadas em assentamentos (BRASÍLIA, 2007, p. 15).

O PRONACAMPO (Programa Nacional de Educação do Campo), lançado pelo governo federal apresentado como um conjunto de ações articuladas de uma “política de educação do campo”, nos termos do decreto presidencial n. 7352, de 4 de novembro de 2010, fruto de mobilizações de entidades e organizações de trabalhadores, iniciadas, nestes termos, no final da década de 1990. De acordo com o MEC, o Programa Nacional de Educação do Campo do governo federal, lançado em março de 2012, objetiva oferecer apoio técnico e financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para implementação de uma política nacional de Educação do Campo. Segundo as informações divulgadas pelo Ministério, o Pronacampo atenderá escolas do campo e quilombolas, a partir de quatro eixos de ação: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação profissional e tecnológica e infraestrutura.

É fácil chegar a essa conclusão ao se analisar as condições das escolas localizadas nestas áreas rurais: a maioria delas encontra-se em locais isolados; a estrutura física, geralmente, encontra-se em péssimas condições; a maioria dos professores tem que se deslocar da cidade para o campo; salas multisseriadas; falta de merenda escolar, isso sem falar que essas escolas estão praticamente abandonadas.

Sabemos que mesmo a educação sendo um direito garantido constitucionalmente, nem todos têm acesso principalmente quando se trata de educação do campo. O que vemos hoje em muitas escolas, principalmente nas áreas rurais, não é comum um projeto de educação que contribua com o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos ampliando suas potencialidades, buscando a formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes de seus direitos e deveres, agentes da transformação social.

Apesar de a educação campesina ser marcada, ao longo do tempo, pelo desprezo, e pela atuação tardia e descontínua dos poderes públicos, ela começa a ser visualizada e tratada nas políticas públicas.

O próximo capítulo trará a educação básica no campo, discorrendo a respeito das desigualdades na Educação do Campo e a nossa realidade atual e o que seria o Ideal para a Educação Básica no Campo.

## **4 CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO BÁSICA NO CAMPO**

### **4.1 Desigualdades na Educação do Campo “A realidade”**

Pensando na educação do campo como uma pedagogia e organização escolar ligada às identidades culturais e aos tempos e espaços dos modos de vida do campo. Ter uma vinculação com a discussão política sobre o lugar do campo na construção de um projeto de nação e poder, ligar as políticas públicas sobre educação com outras questões do desenvolvimento social do campo, tais como: estradas, serviços de comunicação, cultura, assistência técnica, saúde, transporte e lazer foram pontos que vieram à tona para poder pensar outra educação aos povos do campo (BELTRAME; NAWROSKI, 2009).

Atualmente, as preocupações com a educação para o campo ainda se ocupam com a capacitação do homem do campo e seus filhos para a atividade econômica. Esta é uma ideia reinante e inarredável de tal forma que até as pessoas do campo acabam admitindo que não precise, na escola, estudar aquilo que não sirva para o seu trabalho, para a suas “práxis utilitária cotidiana” (KOSÍK, 1995).

No cenário atual, é este avanço do agronegócio que protege as terras improdutivas para futura expansão dos negócios agrícolas, travando a obtenção de terras para a Reforma Agrária. E agrega um amplo processo de criminalização dos

movimentos sociais que lutam pela terra e pela educação com a intensiva proposição do agronegócio como única lógica possível para o desenvolvimento não somente da produção, mas da educação, da pesquisa, da assistência técnica, enfim para o campo ter lugar na sociedade moderna.

A Educação do Campo foi capaz de materializar-se em diferentes instâncias da sociedade civil e conquistar seu espaço na sociedade política. Tal vitalidade deve-se essencialmente ao protagonismo dos movimentos sociais e das organizações sindicais do campo que a constroem, e à centralidade que tem se dado neste percurso para a produção de reflexões sobre ela a partir da concretude das práticas articuladas por tal concepção.

Portanto o que temos hoje em educação no campo é uma rede, composta pelos sujeitos coletivos que trabalham com a educação do campo e que dela se aproximam. Sendo composta por ONGs, universidades, secretarias estaduais e municipais de Educação, movimento sindicais, organizações sociais, centro familiares de Formação de alternância. Ainda que o MST seja o sujeito forte nesta rede ele irradia o debate da educação do campo e atrai outros sujeitos que com ela trabalham, fortalecendo assim a sua própria atuação política na organização de uma proposta pedagógica que valoriza a "cultura camponesa" e que questiona as relações de classe que marcam, particularmente a realidade do campo brasileiro.

O campo sempre foi marginalizado, o que nos remete ao ponto em que as únicas políticas para a zona rural foram fechar as escolas e eventualmente transportar as crianças, realidade observada em alguns setores.

Os programas e projetos de financiamento específicos para a educação rural são recentes. A própria Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação - que possui uma coordenação específica para a educação rural -, foi criada apenas em 2004. É a secretaria mais nova do MEC, e possui o desafio gigantesco de elaborar uma política de Estado específica para o Campo, como também para a alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial.

Atualmente, tanto o MEC quanto o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Educação se dizem contrários ao fechamento

das escolas e à nucleação nas zonas urbanas, opção que obriga o aluno a deslocar-se de seu lugar de moradia.

Com base no estudo de Souza (2012), foi possível constatar três características importantes ao debate da educação do campo, a saber: a presença da ideologia da educação rural juntamente com a ideologia da educação do campo, sendo possível identificar que, em localidades onde os movimentos e organizações populares do campo são atuantes, os professores reorganizam projetos político-pedagógicos, interessam-se pelo aprofundamento das características contraditórias da sociedade brasileira e das ruralidades; a ampliação dos estudos sobre a relação entre educação e movimentos sociais, em especial sobre as diversas experiências coletivas da educação do campo. A partir de 2005 evidencia-se o conceito de educação do campo em dezenas de investigações educacionais, revelando as relações entre capital e trabalho, trabalho e educação, articulações entre sociedade civil e sociedade política, construção de esfera pública na definição das políticas educacionais, formação de professores e educação superior; e por fim, o debate das desigualdades educacionais e do direito à educação adentra o Judiciário brasileiro, por meio das ações civis públicas propostas por membros do Ministério Público Federal e associações de categorias, tais como a dos agrônomos, contra os cursos superiores para os beneficiários da reforma agrária.

As três características ressaltadas na citação anterior nos dão uma maior visibilidade do que é a educação no campo e de como a mesma merece ser enxergada, pois, foi um longo processo para que hoje pudéssemos ter na zona rural, escolas de qualidade, com uma boa infraestrutura, bem como, profissionais capacitados e o apoio do Estado brasileiro.

Com a ampliação do acesso ao ensino fundamental, os gastos com transportes ficaram cada vez maiores é comum o custo do transporte estar entre as principais despesas das redes municipais, em muitos casos perdendo apenas para a folha de pagamento. De acordo com o FNDE, os repasses para transporte escolar cresceram substancialmente nos últimos anos. As transferências da União para esse fim passaram de R\$ 275,9 milhões em 2006 para R\$ 655 milhões em 2010. Entretanto, esses valores merecem ser aplicados de forma mais eficiente valorizando a mão de obra que atua no campo, proporcionando possibilidades aos discentes de ter um ensino de qualidade e condições para desfrutar disso.



Apesar de termos consciência que muito já foi feito, é necessário que tenhamos certeza que ainda falta muito para ser melhorado, por isso, o próximo tópico discorrerá a respeito do que seria ideal para a Educação Básica no Campo.

#### 4.2 O que seria o Ideal para a Educação Básica no Campo

A década de 1990 foi repleta de conquistas, a primeira diz respeito ao fortalecimento do caráter coletivo da prática educativa, a exemplo das experiências do MST, dos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, jovens e adultos, para citar alguns. São sujeitos de direitos – coletivos – que, aos poucos, modificam a história, ao buscar o reconhecimento territorial e a diversidade sociocultural (SOUZA, 2012).

Escolas que reúnem em uma mesma sala de aula alunos de diferentes idades e variados níveis escolares do ensino fundamental fazem parte da realidade da educação brasileira nos espaços marcados pela ruralidade e constituem-se como um dos grandes desafios pedagógicos. Segundo dados do Censo Escolar de 2009, das 83 mil escolas rurais do país, 39 mil possuem classes multisseriadas, nas quais estudam 1,3 milhões de alunos do ensino fundamental. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreende-se como classes multisseriadas aquelas que “têm alunos de diferentes séries e níveis em uma mesma sala de aula, independentemente do número de professores responsável pela classe” (INEP, 2007, p. 25). Geralmente, estas classes contam com a presença de um único professor (uni docência) que tem a incumbência de ensinar todos os alunos, cada um em seu nível escolar.

A conquista do direito à educação no Movimento, de acordo com Caldart (2000), ocorreu com o resultado de muita luta, inicialmente mobilizados por mães e professores, depois os pais e algumas lideranças do movimento. Atualmente, o movimento pela educação no campo foi engrossado com a participação de universidades e por setores burocráticos do Estado.

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Devido a migração a campo-cidade, temos na área rural uma crescente urbanização e diminuição gradual da população camponesa, já que sabemos que

quem dará continuidade à agricultura familiar são os jovens que hoje podem estar optando por outra coisa na cidade ou mesmo pretende seguir outra carreira.

Uma educação de qualidade no campo voltado aos problemas rurais pode gerar uma população preocupada em seguir com a agricultura familiar. Prendendo indivíduos no seio do campo. Permitindo que se cresça e não haja a necessidade de sair do local onde está sua família (CALDART, 1997, p. 179-80). Outra questão que se observa é que as escolas do campo não seguem um projeto político pedagógico voltado ao campo. E assim será por não termos políticas públicas voltadas para este sentido, assim trazendo para as salas de aula um projeto que englobe e se volte para a realidade no campo.

Segundo o IBGE crianças fora do ensino fundamental estão em bolsões de pobreza existentes nas periferias urbanas e rurais. No ensino médio são 50% da população entre quinze e dezessete anos estão fora da escola. Para o ensino infantil temos o problema de não se ter muitas vezes por parte do governo a construção de creche que atendam a população, quando há temos então a chamada lista de espera já que a procura é grande e por fim temos os professores sem formação sem pelo menos o magistério, conforme ressalta Nascimento (2000). Uma das maiores aberrações salariais encontra-se no campo, além de submeterem-se às condições precárias de trabalho. Em sua maioria, os professores (as) são leigos (as). Não existe formação do magistério ou formação superior que estejam atentos à realidade do campo. Inexistem materiais didáticos e pedagógicos que estejam vinculados às questões específicas da realidade camponesa.

Pode-se perceber que são muitos os empecilhos que impedem as pessoas de continuar sonhando. Mas é a esperança na educação que fará de homens e mulheres do campo os protagonistas de uma nova proposta alternativa de educação. Além dos problemas já citados, de maneira geral, destaco alguns que considero primordial: a falta de infraestrutura nas escolas; docentes desqualificados; falta de renovação pedagógica; currículo e calendário escolar, alheios à realidade do campo; professores/as com visão de mundo urbano, uma visão de agricultura patronal; falta de formação específica para os docentes por parte do Governo e das Universidades; a apresentação do urbano como superior, moderno e atraente; o deslocamento dos estudantes para estudar na cidade; e a desqualificação do campo por parte das políticas públicas.

As atuais políticas públicas direcionadas à questão da melhoria da qualidade educacional em escolas rurais multisseriadas, estão vinculadas às orientações estabelecidas na Lei nº 9394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), propondo medidas de adequação da organização escolar, das propostas metodológicas e curriculares à vida do campo. Pertinente à Educação Básica, o artigo 28 da LDB determina que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O levantamento feito pelo INEP em 2006 e publicado em 2007 no trabalho intitulado Panorama da Educação do Campo aponta algumas das principais dificuldades à educação do campo, tais como: ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; falta de atualização das propostas pedagógicas das escolas rurais; predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade; falta de professores habilitados e efetivados, o que, conseqüentemente, provoca constante rotatividade (INEP, 2007, p. 8).

Ao focar nesses problemas, pode-se desenvolver possíveis soluções, o que não se pode é ficar a margem de algo que não dá certo, por isso é necessário sim que novas possibilidades sejam pensadas e recriadas constantemente, não apenas na escola do Campo, mas na educação como um todo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo vem se tornando um espaço de vida, o que legitima e aumenta a luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus povos. Por acreditarem que a conquista da terra só pode ser alcançada através de uma formação do sujeito social, as populações do campo tomam a educação como bandeira de luta. Sendo assim uma precursora para as outras vitórias.

A partir de tudo que foi percorrido ao longo do estudo, observa-se quanto a população camponesa lutou para que tivesse os seus direitos atendidos, o que não foi fácil. Houveram inúmeros movimentos, reformas políticas e a mudança na Constituição do País, para que hoje todos, sem discriminação, tivessem acesso ao ensino e que este, por sua vez, tivesse qualidade. Por isso, era necessário traçar medidas e elaborar projetos políticos voltados diretamente para a Educação do Campo.

Para que a educação no campo seja viável é fundamental pensar em políticas públicas, que possam transformar-se em ações concretas, assistidas e de acordo com cada realidade, que possam gerar experiências capazes de auxiliarem na produção de referenciais teóricos que contribuam e abram outras possibilidades que visem o aperfeiçoamento de técnicas e difusão do conhecimento.

Desse modo, pode-se perceber que a Educação do Campo tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas. E nesse processo os educadores e as educadoras do campo, têm se formado nos próprios processos de construção da Educação do Campo, e como isso pode-se potencializar pedagogicamente em programas e políticas de formação específicas. Esta é uma reflexão que precisa ocupar mais espaço na agenda do país. A educação ofertada ao campo tem que ser produtiva para o mesmo.

Mudanças na rotina da sociedade camponesa propõem aos trabalhadores e trabalhadoras do campo alguns desafios, entre estes, o de aceitar condições precarizadas de trabalho ou o de revolucionar as relações sociais de produção ou ainda, de criar alternativas de trabalho e produção de renda ou, o de articular a construção da revolução com a produção cooperativa.

A existência de Políticas Públicas preocupadas com o campo, não quer dizer que estas são funcionais. O que podemos ver é uma sociedade em

metamorfose, portanto ela está se transformando e nunca uma lei ou projeto ou até mesmo um programa governamental irá mudar para melhor imediatamente um local ou comunidade, e sim estes trazem oportunidade para os envolvidos e tentam se chegar nos objetivos dos mesmos que sempre será o melhor. Pode-se afirmar que a formação humana no campo se torna assim, uma via de mão dupla, que incide sobre e resulta de práticas sociais de trabalho, movimentos sociais, experiências de vida e de escola.

Os problemas referentes a implantação da escola no campo são mais gritantes do que o próprio analfabetismo pois como iremos mudar a forma de educar se não se tem estrutura intenção nessa pesquisa não é a de condenador a escola ou seus sujeitos, mas de apresentar pontos que possibilitem uma reflexão para que a Educação do Campo possa se tornar realidade e, dessa forma, para que ela possibilite aos sujeitos envolvidos uma educação libertadora.

Pode-se concluir que temos uma Educação em constante mudança tentando encontrar o formato certo, e que na teoria tudo é muito bonito e funcional e que na prática temos escolas sem saneamento básico, estrutura física ou ainda um quadro de docentes deficientes para atender a demanda. Então, mesmo estando cientes da melhoria da educação nos últimos anos, chega-se a conclusão de que muito ainda precisa ser feito e modificado, de modo que, não basta esperar apenas pelos nossos governantes, nós enquanto docentes que vivemos essa realidade devemos ser a “mola mestre” que impulsionará uma educação de qualidade seja ela no campo ou em qualquer lugar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. trad. Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Prismas: crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 1998.

ANTONIO, Clésio Acilino. LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa: Educação Matemática do Campo**. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Brasília, 2014.

BELTRAME, Sonia Aparecida Branco; NAWROSKI, Alcione. **O perfil e a atuação dos professores na educação do campo em Santa Catarina**. 2009.

BENJAMIN, C.; CALDART, R. S. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo**. Brasília: 1999.

CALDART, R. S. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARVALHO, Djalma Pacheco de. **A nova lei de diretrizes e bases e a formação de professores para a educação básica**. Ciências e Educação. (sa).

HAGE, S. A. M. **A multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo. I Encontro de Profissionais de Classes Multisseriadas das Escolas do Campo da Bahia**. Salvador, 2009.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NÓVOA, A. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista Educación**, Madrid, n. 350, p. 203-218, set/dez 2009. Disponível em: <[http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2014.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, Andrea da; MARASCHIN, Mariglei Severo; HAETINGER, Claus. A formação de educadores do campo em consonância com o contexto socioambiental do Vale Jaguari/RS. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 30, n. 1, p. 54–70, jan./jun., 2013.

SILVA, JÚNIOR, A.F; BORGES NETTO; M.B. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, n. 3 p. 45-60, Ano 2, nov., 2011.

SILVA, V.L. **Educação do campo: rompendo cercas, construindo caminhos.** FETAEMG. 2011. Disponível em: < <http://www.fetaemg.org.br/wp-content/uploads/2011/07/educacao-do-campo-2-edicao.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

SOUZA; M.A. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v.33, n.120, July/Sept., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

VENDRAMINI, C. R. **A escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia. (Lênin).** Florianópolis, Perspectiva, v. 22, n. 1, p. 145-165, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC,